



Ordem dos Enfermeiros
Portugal

Health Information in Portugal: Institutional intervention of the Ordem dos Enfermeiros

Maria Augusta Sousa

Sérgio Deodato

António Manuel V. A Silva

Ordem dos Enfermeiros



Overview

Ordem dos Enfermeiros

Background information

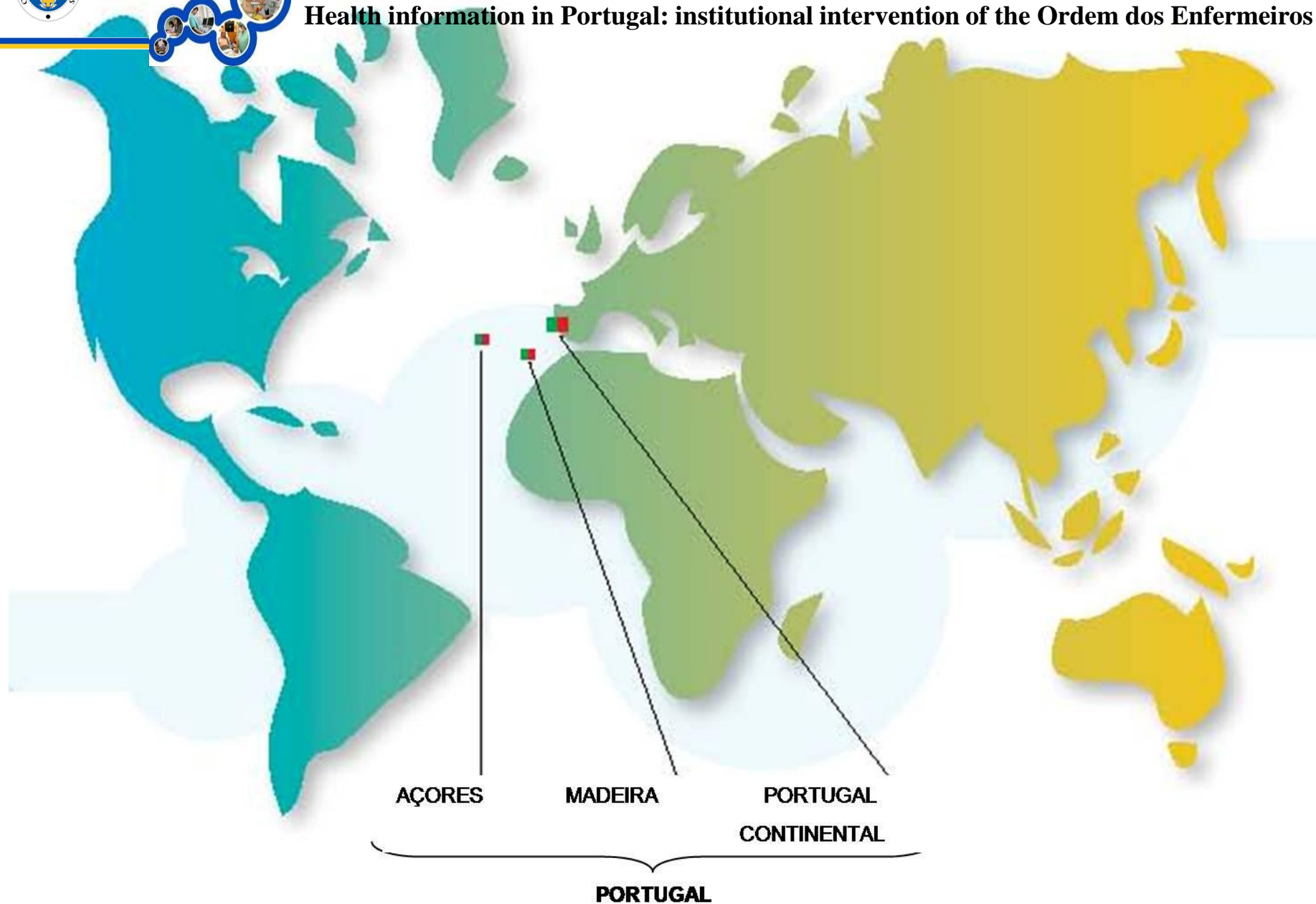
- Health information in Portugal
- Nursing legal framework

Interventions / Activities

- Members
- Parliament /Government
- Citizens



Health information in Portugal: institutional intervention of the Ordem dos Enfermeiros





Ordem dos Enfermeiros



Stand n° 9

The **Ordem dos Enfermeiros** is a public association established in 1998, free and autonomous in the scope of its attributions, with juridical personality, independent of the State, competent authority and representative of nursing and midwifery graduates who practice in Portugal, in compliance with the principles of their constitution and the applicable legislation.

The main aim of the **Ordem dos Enfermeiros** is to promote the defence of the quality of nursing care rendered to the population, as well as to develop, regulate and control the practice of nursing and midwifery, guaranteeing that ethical and professional deontology rules are respected.



Health Information in Portugal

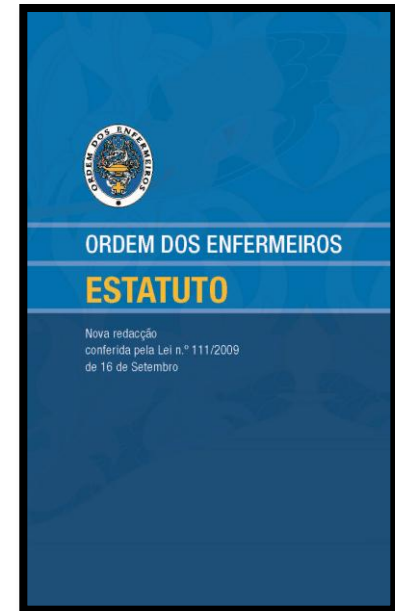
- Regulated through a Parliamentary Law – Law n° 12/2005 – 26th of January
- Person as owner of (own) health information
- Health information is within the privacy of the person
- Health and/or healthcare data are **personal** and subject of special protection
- Health professionals and healthcare organizations: “guardians” and “mediators”

Nursing Legal Framework

Statutes of the Ordem dos Enfermeiros

Parliamentary Law n° 111/2009

- Code of Ethics and Deontology



Regulation of the Professional Nursing Practice

- Decree-Law n° 161/96



Juridical conflict

- Nurse's right to access all health information of the person
- Nurse's duty to inform
- Nurse's autonomous professional practice
- Physician as “mediator” to access the “clinical file” of the person/patient



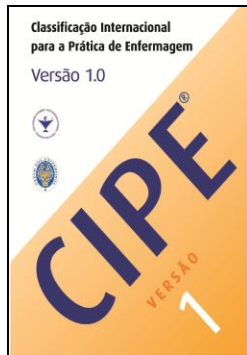
Interventions / Activities

- Members: Nurses and Specialist Nurses
- Parliament / Government
- Citizens



Regulation, NIS and national policy

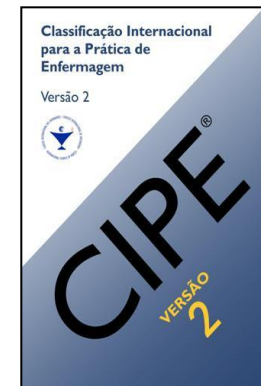
- Endorsement of ICNP[®] as “the” terminology for nursing care documentation



- “Nursing Information System” (NIS): basic design principles and principal technical-functional requirements” (April 2006)

- “Nursing Minimum Data Set and Indicators in Nursing Information System” (January 2007)

- Software certification process





Nursing Deontology

- Public power to interpret the law
- Interpretative position statement: Nurse's right to access all health information (CJ -105/2009)
 - unequivocal right of all nurses
 - clarification of the law through interpretation
 - clarification of mandatory nature in all healthcare institutions

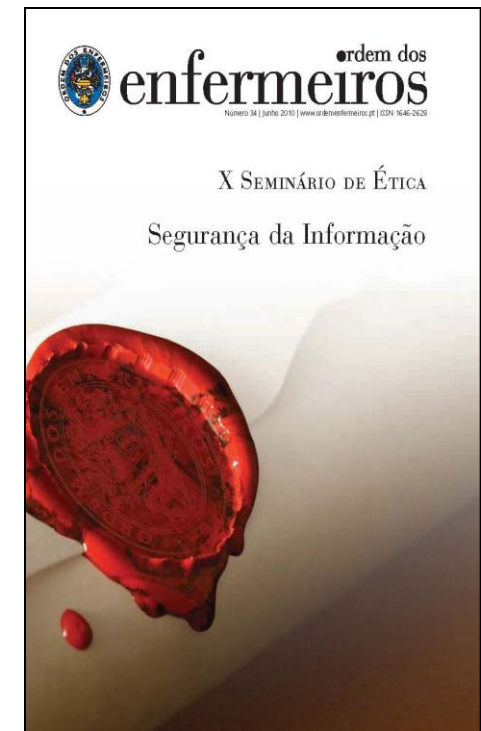
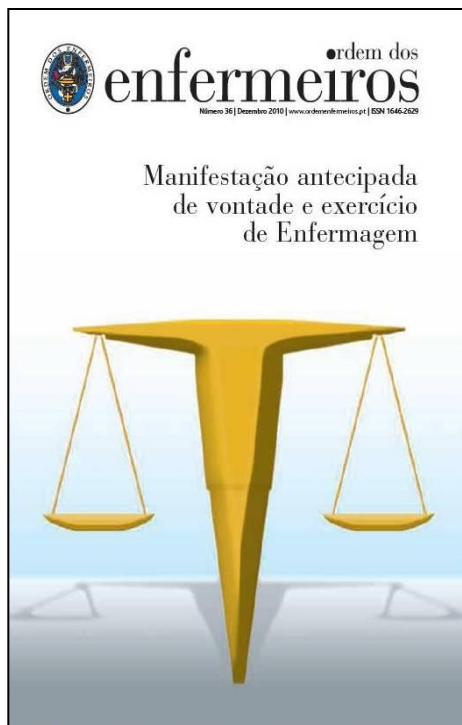


Nursing Deontology

- Position statement: Health information security and professional secrecy in nursing (CJ -194/2010)
 - access, safeguard, sharing and disclosure of information
 - professional secrecy and breach for legal purposes
 - right and duty of previous consultation of the Board of Jurisdiction
 - ensure data anonymity when using information for other purposes: research, education, quality assessment



Ordem dos Enfermeiros - Quarterly Magazine



www.ordemenfermeiros.pt



Health information in Portugal: institutional intervention of the Ordem dos Enfermeiros



PÁGINA INICIAL CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO CONTACTOS MAPA DO SITE
SECÇÕES REGIONAIS • Açores • Centro • Madeira • Norte • Sul

A Ordem
A Enfermagem
Membros
Informação
Pareceres
Tomadas de Posição
Documentos Oficiais
Legislação
Publicações
Relações Internacionais
Projectos e Programas
Eventos da OE
Links
Agenda
English Information

Ordem dos Enfermeiros pede compromisso para o futuro da Saúde junto do Governo e da «Tríada»
// 29-04-2011

Enf.ª Tânia Monteiro no programa «Consultório» da TV14 de hoje sobre Tuberculose
// 27-04-2011

No dia em que assinala o seu 12º Aniversário - Ordem dos Enfermeiros denuncia situação de ruptura e exige intervenção das partes políticas
// 21-04-2011

Encerramento das candidaturas para o Concurso de Trabalhos Livres do III Congresso da OE
// 20-04-2011

Enf.ª Manuel Melo no «Consultório» da TV14 sobre AVC
// 19-04-2011

ÁREA RESERVADA

CONTEÚDOS

MEMBROS

ACTUALIZAÇÃO DOS VALORES DA QUOTIZAÇÃO
Actualizado no dia 30.11.2010
2011 - 8,00 €
2012 - 8,50 €
2013 - 9,00 €
2014 - 10,00 €

III CONGRESSO
DESAFIOS EM SAÚDE
O Valor dos Cuidados de Enfermagem
2 a 5 de Junho - Centro de Congressos de Lisboa

Conferência a CNR do ICN
7 a 8 de Maio 2011 - Niterói
Dia enfermeiros
Associação Nacional de enfermeiros

ORDEM DOS ENFERMEIROS

PÁGINA INICIAL CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO CONTACTOS MAPA DO SITE
SECÇÕES REGIONAIS • Açores • Centro • Madeira • Norte • Sul

PERQUISAR

A Ordem
A Enfermagem
Membros
Informação
Notícias
Press Releases
Revista de Imprensa
Revista da OE
Newsletters
ExpressOE
Galeria de Imagens
Pareceres
Tomadas de Posição
Documentos Oficiais
Legislação
Publicações
Relações Internacionais
Projectos e Programas
Eventos da OE
Links
Agenda
English Information

Informação
Ordem dos Enfermeiros > Informação

26-05-2009
Criação do Registo de Saúde Electrónico em discussão pública até 15 de Setembro - Participe!

Foi a importância do tema em questão, a Ordem dos Enfermeiros recomenda a participação de todos os membros na discussão pública das conclusões do grupo de trabalho para a criação do registo de saúde electrónico (RSE). Essa discussão pública está a decorrer até dia 15 de Setembro de 2009.

Recorde-se que a proposta apresentada pelo Ministério da Saúde do RSE dos cuidados visa permitir que os profissionais de saúde tenham acesso à informação clínica relevante à prestação de cuidados, independentemente do momento ou da unidade de saúde onde o cidadão se encontra.

Os documentos resultantes do trabalho desenvolvido nesta área, bem como as conclusões do grupo de trabalho que estão agora em discussão pública encontram-se disponíveis no Portal de Saúde.

Clique [aqui](#) para ter acesso aos documentos.

www.ordemenfermeiros.pt

www.ordemenfermeiros.pt



PÁGINA INICIAL CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO CONTACTOS MAPA DO SITE
SECÇÕES REGIONAIS • Açores • Centro • Madeira • Norte • Sul

PERQUISAR

A Ordem
A Enfermagem
Membros
Informação
Pareceres
Conselho Directivo
Conselho Jurisdicional
Conselho de Enfermagem
Colégio
Outros
Tomadas de Posição
Documentos Oficiais
Legislação
Publicações
Relações Internacionais
Projectos e Programas
Eventos da OE
Links
Agenda
English Information

Pareceres
Ordem dos Enfermeiros > Pareceres

Pareceres emitidos pelo Conselho Jurisdicional

Conselho Jurisdicional

Divulgação	Número	Título	Assunto
28-Mar-2011	272/2011	Análise jurídica e deontológica do regime jurídico dos cuidados continuados integrados de Saúde Mental	Na sequência de uma solicitação da Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria, o Conselho Jurisdicional produziu uma análise jurídica e deontológica do regime jurídico dos cuidados continuados integrados de Saúde Mental. (SecBas/ASP/SD - GCI/AS)
06-Abr-2011	240/2010	Parecer sobre condições do exercício	Tendo por base questões colocadas por um membro da Ordem dos Enfermeiros, o Conselho Jurisdicional elaborou um parecer sobre as condições do exercício. (SecBas/ASP/TOM - GCI/AS)
04-Abr-2011	4 / 2010	Parecer Conjunto OE e CI sobre Criação de Valências Locais dos Serviços de Saúde por Enfermeiros	Considerando os crescentes pedidos de esclarecimento sobre o tema em questão e o facto de ambos os órgãos já se terem pronunciado sobre o mesmo em pareceres anteriores, o Conselho Jurisdicional e o Conselho de Enfermagem formularam o Parecer Conjunto que aqui se apresenta. A concordância deve ser consultada a Tomada de Posição da OE sobre o mesmo assunto. (CCI/SecBas/AD - GCI/LON)
28-Mar-2011	254/2011	Trabalho não remunerado prestado por enfermeiros	Pendente uma questão formulada por um membro, o Conselho Jurisdicional produziu um parecer sobre o trabalho não remunerado prestado por enfermeiros. (SecBas/ASP/TOM - GCI/AS)
24-Mar-2011	89/2009	Ocupação de enfermeiros docentes de Enfermagem por membros da Ordem dos Enfermeiros	Pendente uma questão colocada, o Conselho Jurisdicional produziu um parecer sobre a elegibilidade de enfermeiros docentes de Enfermagem ser membros da Ordem dos Enfermeiros. (SecCIN/ADNA - GCI/AS)
22-Mar-2011	35/2002	Intervenção Voluntária da Gravidez	Pendente um tema que tantas atenções tem centrado ao longo do tempo, damos a conhecer um parecer que o Conselho Jurisdicional...



Parliamentary Commission of Health



Request for a meeting

Unanimous agreement
to amend the
Health Information Law

5th June 2011

...General elections...



National press – opinion articles



ID: 29271450



14-03-2010

Tiragem: 47731

Pais: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 32

Cores: Cor

Área: 29,03 x 12,99 cm²

Corte: 1 de 1



A vontade das pessoas é dirigida não a um, mas a todos os profissionais que constituem a equipa de saúde

Testamento Vital: uma necessidade?

Temos assistido ultimamente a alguma discussão sobre o denominado "testamento vital". Tem sido sobretudo realçada uma análise do assunto a partir da ideia da necessidade de criar um instrumento jurídico onde se inscreva a vontade das pessoas sobre os cuidados de saúde que querem e não querem receber, em situação de fim de vida. A isso tem-se chamado *testamento vital*.

Ora, em primeiro lugar parece-me que devemos reflectir um pouco sobre esta denominação. O termo *testamento* corresponde ao conceito jurídico de disposição de património, para além da vida. Ou seja, no *testamento* inscrevemos as coisas que pretendemos atribuir aos outros, depois da nossa morte. Assim, no caso em apreço, tratando-se de decidir sobre cuidados de saúde que se consentem ou se recusam no período final da vida, não corresponde ao conceito de *testamento*, pelo que desaconselho o seu uso.

A expressão hoje juridicamente consagrada de *vontade anteriormente manifestada* sintetiza o pretendido, quanto ao fim e quanto ao conteúdo. De facto, o que está em causa é garantir que qualquer pessoa veja respeitada a sua vontade quanto aos cuidados de saúde, quando se encontrar numa situação de impossibilidade de decidir,

em fim de vida. Ou seja, que mecanismo jurídico permitirá que a vontade anteriormente manifestada seja tida em conta pelos profissionais de saúde. Digo profissionais de saúde uma vez que os cuidados de fim de vida são prestados por diversos profissionais e, no quadro jurídico actual, cada profissional decide e responde de forma autónoma pelos actos que pratica. Pelo que, a vontade das pessoas é dirigida não a um, mas a todos os profissionais que constituem a equipa de saúde.

Mas, voltando ao essencial, importa questionar se será mesmo necessária a criação de tal instrumento jurídico.

Para reflectir a resposta, olhemos ao regime jurídico actual. A Convenção sobre os Direitos do Homem e a Bio-medicina, ratificada para o direito interno pelo Decreto do Presidente da República n.º 1/2001 de 3 de Janeiro e pela Resolução da Assembleia da República n.º 1/2001 de 3 de Janeiro, constitui a principal fonte jurídica para o consentimento em saúde. Ela dispõe, no seu artigo 9.º, que "a vontade anteriormente manifestada no tocante a uma intervenção médica por um paciente que, no momento da intervenção, não se encontre em condições de expressar a sua vontade, será tomada em conta". Lendo intervenção médica como qualquer intervenção no



Sérgio Deodato

domínio da saúde realizada por qualquer profissional, concluímos que a vontade das pessoas anteriormente manifestada deve ser sempre tida em conta.

Então o que faz falta? Determinar a forma de manifestar essa vontade, ou seja, decidir sobre se é necessário um documento próprio?

E se a lei impuser a necessidade de documento escrito, isso significa que as outras formas de manifestar a vontade - expressar a um familiar, por exemplo - não serão tidas em conta pelos profissionais?

E se entretanto, no espaço que media entre a elaboração do documento e a real situação de doença, a pessoa mudar de ideias, qual vontade prevalece? É que as decisões que tomamos na vida resultam das circunstâncias exteriores que se alteram no tempo, o que nos obriga a garantir aos cidadãos que isso será tido em conta.

Assim, e face ao exposto, será que necessitamos de alterar o regime jurídico vigente? Ou será que o que precisamos mesmo é de um forte investimento na formação ética, deontológica e jurídica dos profissionais de saúde que lhes permita aplicar as normas já existentes aos reais e complexos casos com que lidam no seu dia-a-dia? *Presidente do Conselho Jurisdiccional da Ordem dos Enfermeiros, professor de Direito da Saúde*



Público

March 2010

4th most read

daily newspaper

47.731 copies

President of the Board of Jurisdiction of the Ordem dos Enfermeiros



National press – opinion articles



ID: 30653587



18-06-2010

Tiragem: 50458

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 49

Cores: Cor

Área: 29,10 x 17,91 cm²

Corte: 1 de 1

Nenhum profissional de saúde está autorizado a desrespeitar a vontade expressa, livre e esclarecida, da pessoa

Decidir sobre si: com que informação?



Lucília Nunes

Uma das capacidades de uma pessoa adulta e na posse das suas faculdades é a de decidir sobre si mesma - e, em sentido inverso, que aos outros, quaisquer outros, cabe respeitar a decisão tomada. Até aqui, nada de extraordinário - tomar decisões é da vida e faz parte do dia-a-dia. Também é claro que para decidir se precisa de informação, para realizar uma escolha livre e esclarecida.

No geral, é por escolhermos entre duas ou mais possibilidades que realizamos os nossos actos, habitualmente por preferência - e a esta possibilidade de fazer ou não fazer, de dizer "sim" ou "não" a certos actos que dependem de mim, costuma chamar-se autodeterminação. Do que precisamos para decidir e até onde vão os limites das decisões possíveis, eis duas questões interessantes.

Vejamos, por exemplo, no caso do que se tem vindo a chamar "testamento vital" (antes que me esqueça, não aprecio esta expressão e tenho defendido o uso de "declaração antecipada de vontade", sendo que o que está consagrado na Convenção dos Direitos do Homem e da Biomedicina, é "vontade anteriormente manifestada", e já agora, *testamento de vida?* Não sou estranho? Não é suposto que o testamento deixe a outros as minhas disposições para realizarem depois de eu morrer? Neste caso, não é depois de morrer, é depois de deixar de poder decidir por mim).

Uma das questões centrais é a das condições necessárias para decidir sobre si e sobre a sua vida - quer em termos da informação de que se dispõe, quer da capacitação para tal. Se quisermos dizer de outra forma, é fundamental que tenha, em quantidade e qualidade, informação que me permita decidir sobre mim e o meu hoje e amanhã.

E por isso que temos uma legislação que

protege as pessoas, pois nenhum profissional de saúde está autorizado a desrespeitar a vontade expressa, livre e esclarecida, da pessoa (sob pena de estar a cometer "intervenção arbitrária"). E para um profissional de saúde poder intervir, é preciso que a pessoa formule o seu "consentimento informado", como se costuma dizer - sendo que a pessoa pode decidir em vários sentidos: o que quer, o que recusa, o que aceita, o que suspende para decidir mais tarde, o que não quer saber.

Vejamos que, por exemplo, quando alguém está doente e lhe é feita uma proposta terapêutica (pois é sempre disso que se trata, de uma proposta) por um profissional de saúde, a pessoa pode dizer "sim" (e estamos em face a um consentimento e efectivo), pode dizer "não" (e estamos face a um dissentimento), a uma recusa, pode dizer "quero uma segunda opinião", "não quero ser informado" ou "diga à minha filha". Esta é, hoje, a nossa situação em termos do que a lei e as boas práticas prescrevem: qualquer profissional de saúde está obrigado, por via de regra (estou a escrever esta expressão para salvaguardar a excepção), a obter o consentimento livre e esclarecido das pessoas para poder intervir nelas ou sobre elas. Será que essa é a prática corrente: informar as pessoas e esclarecer as suas dúvidas?

Existe legislação que protege o consentimento e que afirma que a vontade expressa das pessoas, antecipadamente declarada, deve ser tida em conta. E existe a consciência de que muitas pessoas, doentes e/ou limitadas, desconhecem a sua situação concreta, não lhes é dada a informação diagnóstica ou prognóstica, a tal informação que capacita para escolher... e temos (perdoar-me-ão a franqueza) uma cultura tradicionalmente mais centrada na decisão dos profissionais de saúde médicos do que na equipa de saúde ou em promover a capacitação dos cidadãos.

Por que é que hei-de acreditar que mais uma lei obriga a informar e a esclarecer as pessoas? Porque a que existe não chega?

Entendo que *decidir sobre si* é do elemento exercício da autonomia das pessoas capazes. No caso da saúde e da vida, é evidente que urge informar para as pessoas poderem decidir. E talvez não seja apenas mais uma lei, de desejabilidade política, que vai melhorar os terrenos práticos da comunicação e da informação na saúde ou o respeito pela vontade das pessoas... Ou será? Poderá ser? Enfermeira, professora de Ética

Público

Público

June 2010

4th most read
daily newspaper
50.458 copies

President of the Board of Nursing the Ordem dos Enfermeiros



National press – opinion articles


ID: 32219492


09-10-2010

Tiragem: 50432
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 36
Cores: Cor
Área: 29,18 x 11,26 cm²
Corte: 1 de 1



A resposta aos problemas complexos de saúde das pessoas terá que ser diversificada, científica e profissional

“Testamento vital”: procurar o melhor para os cidadãos

A Assembleia da República iniciou de novo (no passado dia 8 de Outubro) a discussão sobre o denominado “testamento vital”. Foram apresentados quatro projectos de lei que pretendem criar regras jurídicas sobre a manifestação da vontade dos cidadãos face aos cuidados de saúde em fim de vida. Tal como aconteceu no ano passado, aquando da apresentação da primeira iniciativa legislativa neste domínio, os projectos apresentados abrem o âmbito de regulação para além das “directivas antecipadas da vontade”. Introduzem regras específicas sobre a informação em saúde em geral e propõem ainda - uns projectos mais explicitamente que outros - alterações profundas no quadro jurídico do exercício das diversas profissões de saúde. Ou seja, estão lançadas questões do domínio ético e jurídico e, ao mesmo tempo, estão levantados problemas profissionais, relacionados com as relações de complementaridade funcional entre os diferentes profissionais da saúde.

A Ordem dos Enfermeiros, enquanto entidade pública de regulação na saúde, tal como fez no ano passado, participará activamente no debate que se seguirá. E, como habitualmente, procurará fomentar a discussão em torno do que consideramos essencial, ou seja, a criação de regras jurídicas que configurem a melhor solução para a necessária protecção dos cidadãos numa altura particular de fragilidade humana, como é o fim de vida.

A lei que sair da Assembleia da República passará para as mãos daqueles que assumirão o dever da sua aplicação: as organizações de saúde (públicas, privadas e de natureza social) e os profissionais de saúde. Por esta razão, consideramos necessário e essencial que estes intervenientes sejam chamados a participar na discussão. Do mesmo modo, pensamos ser fundamental a necessária formação dos profissionais de saúde que terão a seu cargo a responsabilidade pela aplicação da lei. Mas, sobretudo, consideramos elementar que a discussão agora anunciada parta do patamar de cidadania em que a sociedade portuguesa hoje se encontra. Concretamente, apelamos para que o debate seja feito a partir do igual papel que os diferentes profissionais de saúde têm hoje na protecção da saúde dos cidadãos em Portugal, sem violações da autonomia científica e profissional de cada um.

As pessoas - todos nós - precisam de um atendimento multidisciplinar em termos de saúde, pelo que cada profissional assume a sua responsabilidade profissional pelo que decide, pelo que faz e pelo que informa os cidadãos, no âmbito da sua esfera de competência. Exactamente porque a resposta aos problemas complexos de saúde das pessoas terá que ser diversificada, científica e profissional.

Está em causa a melhor solução ética e, em simultâneo, o melhor consenso político sobre este assunto. Mas está igualmente em causa o respeito pelo quadro jurídico da saúde e do exercício autónomo de todos os profissionais de saúde em Portugal. *Bastonária da Ordem dos Enfermeiros.*


Maria Augusta Sousa

Público

October 2010

4rd Most read

Daily newspaper

50.432 copies

President of the Ordem dos Enfermeiros



National Television – prime time live debate



RTP 1

March 2010

3rd Most read Daily

newspaper

President of the Board of Jurisdiction of the Ordem dos Enfermeiros



Nursing and HIS 2010: ICNP® and effective utilization experiences



Objectives:

- Debate issues related to *e-Health/Nursing*, EHR, HIS/NIS, ICNP®;
- Disseminate results of national experiences of utilization of electronic NIS and ICNP®;
- Present ICNP® version 2.0, Portuguese translation;
- Debate and foresee future developments at national and international levels.

Audience:

Nurses and Specialist Nurses

Nurse Managers of Health Institutions, Education Institutions
 Researchers and representatives of ICN, Government agencies, Administrators and Managers of Health Institutions and Software Companies



Nursing and HIS 2010: ICNP® and effective utilization experiences





Electronic Health Record

- Appointment of three nurses to the National Working Group
- Designation of the information system
- Part of the National Platform for implementation (2013)
- ICNP as the nursing terminology
- Respect for ethical principles, nurses' rights and deontological duties
- Protecting the public



Final thoughts

- Permanent scrutiny
- New regulatory challenges
- Unexpected areas
- Multiple and coordinated approaches
- Juridical nature of the Ordem dos Enfermeiros
- Long road ahead



Thank you

Health Information in Portugal:

Institutional intervention
of the
Ordem dos Enfermeiros

antoniomanuel@ordemenfermeiros.pt

gri@ordemenfermeiros.pt